

UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUAS DE SINAIS

A STUDY ON THE TRAINING OF SIGN LANGUAGE TRANSLATORS AND INTERPRETERS

Juliana Guimarães Faria*
Anabel Galán-Mañas**

RESUMO

De acordo com o censo brasileiro de 2010, 5,1% da população possui algum tipo de deficiência auditiva. Ainda, dados de 2016 mostram que apenas 0,08% dos matriculados no ensino superior são surdos, surdo-cegos ou deficientes auditivos. A nova Lei de Cotas n. 13.409/2016, aprovada pelo governo brasileiro, a qual reserva vagas para pessoas com deficiência nas instituições públicas de educação superior, é uma medida de política afirmativa que visa incluir os surdos socialmente, sobretudo na educação superior. Como consequência, existe uma demanda crescente de novos postos de trabalho para tradutores e intérpretes de língua de sinais. Dada a complexidade das funções estabelecidas na Lei 12.319/2010 e a exigência de profissionais qualificados, justificam-se estudos sobre a formação de tradutores e intérpretes de língua de sinais no Brasil. O objetivo deste artigo é apresentar um estudo exploratório que visa traçar uma comparação entre proposta de formação de tradutores e intérpretes de língua de sinais e línguas orais. A metodologia do estudo possui uma abordagem qualitativa. Analisam-se dois cursos: um curso que forma profissionais de línguas orais e outro curso que forma profissionais de língua de sinais, da Universidade Autônoma de Barcelona, na Espanha, e Universidade Federal de Goiás, no Brasil, respectivamente. Os elementos analisados são: objetivos de formação, perfil do egresso e disciplinas do curso no que se refere a temas abordados e tipo de formação (estudo de língua, prático-operativo ou teórico-conceitual). Os resultados demonstram que a proposta do curso de formação de tradutores e intérpretes de línguas de sinais ofertado na UFG possui um viés mais teórico e conceitual se comparado à proposta de formação de tradutores e intérpretes de línguas orais ofertado na UAB, o qual possui um viés mais prático, baseado na formação por competências.

Palavras-chave: formação; intérpretes; libras.

ABSTRACT

According to the Brazilian census in 2010, 5.1% of the population has some kind of hearing impairment. However, only 0.08% of the students enrolled in 2016 in higher education are deaf, deaf-blind or hearing impaired. Brazilian Law 13409/2016 is an affirmative measure that aims to socially include the deaf population, especially in higher education reserving

* Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia (GO), Brasil. julianagf@ufg.br

** Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), Barcelona, Catalunya, Espanha. isabel.galan@uab.cat

student positions for people with disabilities across public institutions of higher education. As a consequence, there is a growing demand for translators and sign language interpreters. Given the complexity of the functions established in the above-mentioned statute and the requirement of qualified professionals, studies on sign language translator and interpreter training in Brazil are justified. The purpose of this article is to present an exploratory study that aims to draw a comparison between translator and interpreter training in sign and oral languages. The study has a qualitative approach. Two courses are analyzed: one that provides training for oral language translators and interpreters at the Universitat Autònoma de Barcelona (UAB) in Spain, and another that trains sign language translators and interpreters at the Federal University of Goiás in Brazil (UFG). The course components investigated are: training objectives, graduate profile, and the courses of the curricula on interpreter training and kind of training (focus on linguistic, operational, or theoretical competence). The results show that the course offered at the UFG has a more theoretical and conceptual focus compared to the course offered at the UAB, which, in turn, is much more hands-on and competence based.

Keywords: interpreter training; interpreters; sign language.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o último censo brasileiro, ainda de 2010, estima-se que 5,1% da população possui alguma deficiência auditiva, totalizando quase 10 milhões de pessoas. O mesmo censo mostra que há um milhão de pessoas de até 19 anos de idade (potenciais candidatos surdos para o ensino superior) com deficiência auditiva (IBGE, 2010, p. 114). Porém, apesar de aumentar a cada ano, as matrículas de surdos no ensino superior ainda são tímidas. Em 2011, havia 5.808 matrículas no ensino superior de alunos surdos, com deficiência auditiva ou surdos-cegos¹, chegando a 8.676 matriculados em 2013. Em 2014 foram 7.066, em 2015 houve 7.110 matriculados e, em 2016, esse número reduziu para 6.885 (INEP, 2017), correspondendo a apenas 0,08% do total de matrículas². Contudo, há uma expectativa de que esses números aumentem significativamente, visto que, em 2016, foi aprovada uma nova medida de política afirmativa visando ampliar a quantidade de estudantes com algum tipo de deficiência na educação superior pública. Trata-se da Lei 13.409/2016 (BRASIL, 2016), que se refere às cotas para deficientes nas vagas na educação superior.

Políticas afirmativas, como a nova Lei de Cotas citada, podem provocar uma demanda significativa de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS).

1. Estes termos são os utilizados no documento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2017).

2. Em 2016 haviam 8.048.701 matrículas em cursos superiores no Brasil, conforme dados da Sinopse Estatística da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (INEP, 2017).

É uma demanda em pleno crescimento, visto que, as pessoas surdas estão tendo acesso a níveis superiores de educação, e a outros espaços sociais, que não só os educacionais, demandando mais TILS profissionais.

Historicamente, antes de se converter em uma profissão, a função de intérprete de língua de sinais era exercida por parentes da pessoa surda, que mesmo não sendo sonantes, conseguiam ser entendidos e se fazer entender de forma rudimentar (GAMBINI; FONTANA, 2016). Os professores de educação especial que conheciam a língua de sinais (LS) também se convertiam em intérpretes com o objetivo de dar uma resposta social a uma necessidade específica (FRANCHI; MARAGNA, 2013). É justamente a partir do momento em que se reconhece o status linguístico da língua de sinais (LS) que os indivíduos surdos começam a se fortalecer como comunidade social e a conquistar espaços (GAMBINI; FONTANA, 2016). A profissionalização da tradução e interpretação de LS se remete, dessa forma, às políticas de inclusão e do desenvolvimento e conquistas sociais das pessoas surdas em cada país (NAPIER, 2011).

No Brasil, a tradução e interpretação de LS vem sendo impulsionada por conquistas sociais e legais, com o reconhecimento da língua brasileira de sinais (Libras³) de forma oficial, Lei 10.436 de 2002 (BRASIL, 2002). Além desta lei, outros instrumentos legais foram posteriormente estabelecidos, como a regulamentação da aplicação da lei de reconhecimento Libras, instituindo mecanismos de formação de professores de LS e tradutores e intérpretes, bem como direitos educacionais e de saúde para os surdos (Decreto 5.626/2005 e Lei Brasileira da Inclusão – Lei 13.146/2015) (BRASIL, 2005; 2015).

Outro instrumento legal que se refere à área é a regulamentação da profissão de TILS, descrita na Lei 12.319/2010 (BRASIL, 2010). A formação dos profissionais TILS no Brasil é mencionada tanto nessa Lei 12.319/2010 quanto no Decreto 5.626/2005. Embora o Decreto 5.626/2005 determine a formação em nível superior, em cursos de “Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa” (art. 17), a Lei 12.319/2010 admite a formação de profissionais tradutores e intérpretes de Libras em nível médio (art. 4º) (BRASIL, 2005).

Segundo esta lei, são atribuições do TILS, no exercício de suas competências: 1) efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; 2) interpretar, em língua brasileira de sinais - língua portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de

3. Nesse artigo, a palavra Libras possui a inicial em maiúscula por se tratar de um acrônimo pronunciável de: língua brasileira de sinais.

ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; 3) atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos; 4) atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e 5) prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais. Parece que o nível de exigência destes profissionais justifica que sua formação seja ministrada por instituições de educação superior e não de nível médio. Da mesma forma, outra determinação da necessidade de TILS de nível superior é garantida na Lei Brasileira da Inclusão (Lei 13.146/2015) na qual afirma que para atuar em classes de educação superior, é exigido profissionais TILS também de nível superior (art. 28, § 2º) (BRASIL, 2015).

2. A FORMAÇÃO SUPERIOR DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS NO BRASIL

A oferta de cursos superiores para tradutores e intérpretes de Libras no Brasil se deu, principalmente, a partir da política pública de indução de ações afirmativas em andamento no Brasil, trazida pelo Decreto 7.612 em 2011 (BRASIL, 2011), com o Programa Viver Sem Limites, o qual financiou instituições federais de educação superior⁴ para contratação de novos professores e investimento em material de consumo e capital (como laboratórios, equipamentos e construção de novas instalações físicas) visando a abertura de cursos para formar professores de Libras, tradutores e intérpretes e pedagogos bilíngues para educação de surdos⁵. No sistema de consulta do Ministério da Educação, dentre as catorze instituições que oferecem cursos de graduação em tradução e interpretação no Brasil, há sete com Libras como um dos pares linguísticos de formação⁶.

Antes da oferta desses cursos de graduação, a formação de tradutores e intérpretes de Libras se situava, na sua maioria, em cursos livres (SANTOS, 2006;

4. Dentre as instituições federais de educação superior, inclui-se universidades e institutos federais

5. Antes do Programa Viver Sem Limites, em 2008 a UFSC iniciou a oferta do curso a distância de Bacharelado em Letras: Libras que visou a formação de TILS pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil.

6. As sete instituições que oferecem cursos de graduação para formação de tradutores e intérpretes de Libras no Brasil são: a) Região Sul - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); b) Região Centro-Oeste - Universidade Federal de Goiás (UFG); c) Região Sudeste - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); d) Região Norte - Universidade Federal de Roraima (UFRR). Não há oferta de curso de graduação para formação de tradutores e intérpretes de Libras na Região Nordeste. (MEC, 2017).

FERREIRA, 2015), cursos de nível médio ou de capacitação profissional⁷ (como os cursos livres oferecidos por Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), espalhados pelos estados brasileiros e Associações de Surdos) e em cursos de especialização⁸.

Dessa forma, por ser uma realidade emergente, é natural que essa discussão sobre a formação superior de TILS também seja recente no Brasil, inclusive com poucos artigos publicados. Em busca realizada no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), obteve-se apenas quatro artigos que versam de alguma forma sobre a formação de tradutores e intérpretes de Libras⁹ (SANTOS, 2010; STUMPF, QUADROS, 2010; ANATER, PASSOS, 2010; e MARTINS, NASCIMENTO, 2015).

7. Não há estudos no Brasil que demonstrem a quantidade de cursos de capacitação, atualização e/ou cursos profissionalizantes para formação de tradutores e intérpretes de Libras.

8. É possível encontrar registros no Ministério da Educação (MEC) sobre os cursos de especialização *lato sensu* para formação de tradutores e intérpretes de Libras. Em consulta realizada (MEC, 2017) com duas palavras-chave (tradução e interpretação) detectou-se 185 registros. Na primeira busca, foram encontrados 101 registros de cursos. A segunda busca foi feita com a palavra-chave interpretação, na qual foram encontrados 84 registros de cursos. Após comparação das duas listas, identificou-se que: a) 15 cursos não possuem nenhuma ligação com a área de tradução e interpretação, visto que se tratam de cursos de interpretação bíblica, musical, de moda ou textual; b) 35 registros se referem à tradução e interpretação de outras línguas; c) há 72 cursos de especialização registrados voltados para formação de tradutores e intérpretes de Libras; e d) 64 cursos se repetiram nas duas listas (dos quais 63 cursos possuem a Libras como objeto de estudo). Dessa forma, 67,29% dos cursos de especialização em tradução e interpretação oferecidos no Brasil possuem a Libras como objeto de estudo. Essa predominância da Libras pode demonstrar certa demanda crescente que o país vive em busca de formação desses profissionais. Essa realidade implica na necessidade de estudos futuros sobre a formação de TILS na graduação versus formação na pós-graduação.

9. Em 15 de novembro de 2017, a partir do sistema de consulta da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) disponível em <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>, buscou-se artigos utilizando dois pares de palavras-chave. O primeiro par de palavras-chave foi Libras e intérpretes e o segundo par de palavras-chave utilizado foi tradutor e língua de sinais. Na primeira busca, encontrou-se 45 registros de artigos. A partir da leitura do título e resumo, identificou-se que: a) nove artigos se referiam ao tema geral de interpretação e Libras, mas apenas 2 tratavam de formação; b) 24 artigos se referiam a áreas de interface, sobre surdos, sua língua, educação e saúde; c) 10 artigos não tinham nenhuma ligação com o tema buscado e; d) 2 registros estavam repetidos. Já na segunda busca, encontrou-se 58 registros de artigos e, também após a leitura do título e resumo, identificou-se: a) 12 artigos se referiam ao tema geral de tradução e língua de sinais, mas apenas 3 tratavam de formação; b) a mesma quantidade de 12 artigos encontrados eram sobre áreas de interface, sobre surdos, sua língua, educação e saúde; c) 33 artigos se referiam a outros temas que estavam ligados ao tema de interesse ou ao tema de tradução, cujo par linguístico não tinham nenhuma ligação com a Libras e; d) 1 registro estava repetido. Assim, após as buscas com dois pares de palavras-chave, identificou-se na primeira busca três artigos que tratavam sobre formação e na segunda busca identificou-se dois artigos. Ao compará-los, um artigo estava repetido, totalizando, portanto, quatro artigos que versam sobre formação de tradutores e intérpretes de língua de sinais no Brasil.

Santos (2010) estudou tradutores e intérpretes em formação e realizou uma discussão sobre a identidade desses profissionais. Stumpf e Quadros (2010) fizeram uma demonstração e discussão sobre as políticas afirmativas que induziram a evolução das ações e propostas de cursos para formação de TILS no Brasil. E Anater e Passos (2010) apresentam uma reflexão sobre as diferenças e especificidades de atuação de tradutores e intérpretes de línguas orais e LS e complementam o estudo apenas citando alguns cursos de formação disponíveis e como foram se constituindo mediante as induções provocadas pelas políticas públicas. Sobre a diferença de atuação dentre tradutores e intérpretes de línguas orais e TILS, as autoras apresentam quatro dimensões: diferença política, de clientes, de atuação e de exposição, situando o TILS em um campo mais amplo, com uma língua ainda estigmatizada e demasiadamente expostos, quando comparados a profissionais tradutores e intérpretes de línguas orais.

O quarto artigo encontrado que versa sobre a formação superior de TILS é o estudo de Martins e Nascimento (2015). Os autores também realizaram estudo com estudantes do curso de tradução e interpretação de Libras, como Santos (2010), e demonstraram que as motivações para o ingresso na profissão não estão mais exclusivamente ligadas à fatores de afinidade (por exemplo, familiares de surdos), mas por escolha advinda a partir de uma demanda do mercado profissional. Para os autores, esse novo perfil de estudante de cursos de formação de TILS significa a existência de alunos que não possuem nenhum histórico de contato com a Libras e com a comunidade surda, demandando considerar esse contexto nas propostas de cursos de formação.

No que se refere às pesquisas realizadas em cursos de Mestrado e Doutorado sobre o tema no Brasil, Santos (2013), em seu estudo de estado da arte em teses e dissertações, não registra nada específico sobre a formação de tradutores e intérpretes de Libras em cursos superiores realizados até o ano de 2010. Mas, tão somente, encontrou pesquisas sobre temas de identidade, trajetória, processos de tradução e, sobretudo, de temas da tradução e interpretação de língua de sinais relacionados com a linguística e com a área de educação. Após consulta ao Banco de Teses e Dissertações da Capes (CAPES, 2017), com trabalhos posteriores a 2010, foi possível encontrar apenas uma dissertação de mestrado (FERREIRA, 2015) que fez um estudo comparado sobre os currículos de cursos de graduação para formação de TILS de cinco instituições brasileiras. Demais estudos (por exemplo os realizados por MELO, 2013 e JORDÃO, 2013) trazem, tão somente, diagnósticos de formação de profissionais e sua atuação e argumentam e problematizam a necessidade de formação.

A pesquisa de Ferreira (2015) apresenta uma comparação do currículo dos cursos superiores de formação de TILS oferecidos por cinco instituições no Brasil¹⁰. Na conclusão da autora, os cursos analisados formam profissionais de forma genérica, ou seja, não há um foco na atuação especializada em áreas, como comunitária ou interpretação de conferência e, na sua maioria, vinculados fortemente aos cursos de letras.

3. SOBRE O ESTUDO

3.1 Objetivo

O presente estudo visa analisar as aproximações e distanciamentos entre uma proposta de formação de TILS e uma proposta de formação de tradutores e intérpretes de línguas orais, focando os seguintes elementos: a) perfil do ingressante; b) objetivos de formação; c) perfil do egresso; e d) disciplinas dos cursos que se refere à: temas abordados e formação prático-operativo ou teórico. Busca-se traçar reflexões e apontamentos que possam contribuir em possíveis propostas futuras de formação conjunta de profissionais que atuam com línguas orais e de sinais e, também, identificar aspectos de melhora na formação existente para TILS, sobretudo no Brasil. Napier (2011) ao analisar os modelos de formação de TILS, ressalta a necessidade de diálogo entre profissionais de línguas orais e línguas de sinais sob diferentes aspectos, tanto na formação, quanto na discussão sobre código de ética e formação bicultural. Dessa forma, esse artigo pode contribuir com a abertura de possibilidades de diálogos, respeitando as aproximações e distanciamentos de cada especificidade.

3.2 Metodologia

Realizou-se um estudo exploratório, com abordagem qualitativa. Este tipo de abordagem, segundo Guerra (2006), tem como preocupação detectar lógicas e racionalidades e não comprovar hipóteses definidas a priori. O estudo exploratório realizou-se a partir da análise de documentos, concretamente, fez-se uma caracterização descritiva de elementos específicos extraídos dos documentos analisados das duas instituições selecionadas para o estudo (GIL, 2008).

10. As instituições estudadas pela autora foram: UFSC, UFRGS, UFRR, UFES e UFRJ. A UFG e a UFRGS não participaram da amostra de estudo da autora.

Para a comparação da formação entre TILS e tradutores e intérpretes de línguas de orais (TILO), buscou-se selecionar dois cursos superiores ofertados em duas instituições diferentes. Selecionaram-se o curso de TILS da Universidade Federal de Goiás e o curso de TILO da *Universitat Autònoma de Barcelona*. No que se refere à língua de sinais, a instituição escolhida deveria se situar no Brasil¹¹, com cursos recentemente oferecidos. Há sete instituições no país que oferecem formação superior para TILS, das quais cinco já foram alvo de análise de Ferreira (2015). Em relação às outras duas instituições que ainda não foram estudadas, buscamos a que havia iniciado sua formação há mais tempo, ou seja, a Universidade Federal de Goiás (UFG).

No que se refere às línguas orais, buscou-se uma instituição com tradição na pesquisa da formação de tradutores e intérpretes. A instituição selecionada foi a *Universitat Autònoma de Barcelona* (UAB), a qual sedia um dos grupos de pesquisa para a formação de tradutores e intérpretes considerados de excelência, sendo referência por seus resultados de pesquisa, suas publicações, a organização de eventos, com seminários de formação de formadores. Trata-se do Grupo PACTE (*Procés d'Adquisició de la Competència Traductora i Avaluació*). O curso da UAB, embora só ofereça formação de TILO, é uma graduação de quatro anos – à diferença de outros cursos, como o ofertado pela *École supérieure d'interprètes et de traducteurs* (ESIT), na França, que é uma pós-graduação de dois anos – e é um curso baseado na formação por competências.

Utilizaram-se dois documentos das instituições selecionadas para o estudo: a) o projeto do curso de Letras: Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais/Português, da UFG, no Brasil, iniciado em 2014 (FL/UFG,2014); b) o projeto do curso de graduação em Tradução e Interpretação da UAB, o primeiro curso dessa natureza a ser oferecido na Espanha, iniciado em 1972 (FIT/UAB, 2017). Percebe-se que o primeiro é um curso novo, em pleno início de trabalho, e o segundo já tem tradição e história.

3.2.1 Quanto aos cursos em análise

O curso de Letras: Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais/Português da UFG forma exclusivamente profissionais para atuarem com os pares linguísticos de Libras e português. Iniciou sua primeira turma em 2014 e está situado na Faculdade de Letras da UFG, na região centro-oeste do Brasil. Tem como origem

11. O Brasil é fonte de dados: a) por apresentar um cenário de demanda de profissionais TILS, como apresentado na introdução desse artigo; b) é iniciante na formação superior de TILS e, portanto, possui pouca experiência; c) Por não ter tradição na formação de TILS, faz-se necessário investir em pesquisas para o desenvolvimento e melhoria de suas práticas.

a formação do profissional de Letras, portanto, deve seguir as diretrizes curriculares brasileiras¹² para esse profissional. Isso significa que há uma exigência de conteúdos mínimos que devem ser contemplados no campo dos estudos linguísticos e literários, conforme a legislação brasileira. Assim, além de contemplar conteúdos específicos de tradução e interpretação, da língua de sinais, tem que atender conteúdos do campo da Letras.

Essa característica da formação de TILS vinculada à área de letras na UFG também se aproxima à que foi detectada por Ferreira (2015) em outras instituições no país. No Brasil, a vinculação dos estudos da tradução e interpretação com os estudos linguísticos e literários tem tido uma origem observada não só nos cursos que tem como um dos pares linguísticos a língua de sinais, como é o caso da UFG e das instituições estudadas por Ferreira (2015), mas, também, vinculados à formação de tradutores e intérpretes de línguas orais (PAGANO; VASCONCELOS, 2013). Porém, já se observa um tímido movimento de rompimento em busca de autonomia do campo de conhecimento, como é o caso do curso de Tradução, modalidade Bacharelado, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, criado na Universidade Federal da Paraíba que demonstra, em sua proposta, uma autonomia em relação à quantidade de estudos voltados para o campo da letras e linguística no seu currículo (UFPB, 2016).

No que se refere ao curso de Tradução e Interpretação da UAB, tem sua origem na Escola Universitária de Tradutores e Intérpretes (EUTI), inaugurada em 1972. Em 1992, a EUTI converteu-se em uma faculdade, de fato a primeira Faculdade de Tradução e Interpretação (FTI) da Espanha. Esta faculdade é independente da faculdade de Letras, e não faz interface com estudos linguísticos e literários. O atual curso de graduação em Tradução e Interpretação da UAB¹³ nasce da necessidade de adaptar a formação de tradutores e intérpretes aos requerimentos do Espaço Europeu de Educação Superior. O aluno escolhe duas combinações linguísticas dentre os idiomas oferecidos: alemão, inglês, francês, português, italiano, árabe, russo, chinês, japonês, romeno, coreano e, eventualmente, a língua polaca como línguas estrangeiras, e espanhol e catalão como línguas maternas, garantindo assim o bilinguismo dos estudantes, já que na Catalunha, o espanhol e o catalão são línguas oficiais. Todas as opções se tratam de línguas orais.

12. No Brasil, os cursos de Graduação devem seguir Diretrizes Curriculares Nacionais específicas, determinadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), um órgão colegiado do Ministério da Educação (MEC). Os cursos de Letras, de forma geral, devem seguir normativas específicas: Parecer CNE/CES 492/2001 e Resolução CNE/CES 18/2002.

13. Na Espanha, os cursos de ensino universitários oficiais devem cumprir com os preceitos estabelecidos no Real Decreto 1393/2007, de 29 de Outubro.

3.3 Resultados e discussão

3.3.1 Nível linguístico requerido no ingresso

O curso da UFG não exige conhecimento pré-linguístico. Não é exigido ao ingressante o conhecimento da segunda língua, a Libras. Pressupõe-se que, durante o curso, o estudante se tornará proficiente na Libras. Após a matrícula, é permitido ao estudante com suficiência na Libras fazer solicitação de dispensa das matérias correspondentes à aprendizagem de Libras, mediante exames de avaliação em cada nível oferecido. Pressupõe-se que todos sejam fluentes em língua portuguesa, porém, é obrigatório a matrícula em disciplinas que ensinam o idioma português.

Diferentemente da UFG, na UAB é necessário um conhecimento pré-linguístico de língua para os ingressantes. Aos ingressantes no curso da UAB, são exigidos os seguintes níveis de idioma¹⁴:

- Nível C do Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (MCER) em espanhol e catalão. Estes dois idiomas são referidos no plano de estudos como línguas A. Os alunos estrangeiros ou procedentes de outras comunidades autônomas espanholas em que o catalão não é língua oficial, tem que cursar o catalão como idioma estrangeiro, para adquirir conhecimentos básicos.
- Os alunos que escolhem o inglês como primeira língua estrangeira tem que ter um nível B2 conforme o marco comum europeu de referência para as línguas, e B1 os que escolhem francês ou alemão. No plano de estudos, estas três línguas principais são referidas como línguas B.

Para a segunda língua estrangeira, não há necessidade do estudante ter conhecimento prévio. Esta língua é chamada língua C no plano de estudos e pode ser: alemão, francês, português, italiano, árabe, russo, chinês, japonês. Há também a possibilidade de os alunos cursarem uma segunda língua C no último ano da graduação. Neste caso, os alunos podem escolher quaisquer línguas das mencionadas ou romeno, coreano ou polonês.

3.3.2 Objetivos, competências e habilidades de formação

O curso da UFG tem como objetivo uma formação para a análise crítica e reflexiva sobre as práticas de tradução e interpretação do par linguístico específico de Libras e português. De acordo com o seu plano de estudo, propõe-se levar

14. É de se destacar que a realidade brasileira e européia são distintas e, por isso, a variedade linguística da UAB é mais diversificada.

o estudante à capacidade de observar os fenômenos tradutórios e se apropriar das técnicas e estratégias inerentes à atuação profissional. Ainda, se propõe a possibilitar que o discente seja capaz de identificar, analisar, descrever e explicar os problemas com base em teorias da tradução e teorias linguísticas, a partir da percepção da tradução e interpretação vinculadas a experiências sociais e culturais. Essas características dos objetivos podem ser observadas no trecho a seguir.

Pretende-se, assim, levar o discente a observar os fenômenos tradutório, linguístico e cultural, a refletir sobre eles, a se apropriar de técnicas e estratégias inerentes à atuação do tradutor e intérprete em Libras/Português. Pretende-se, também, levar o discente a identificar um problema e analisá-lo, descrevê-lo ou explicá-lo, por meio de elaboração de hipóteses e fundamentado em pesquisas atualizadas. Para tanto, o discente é apresentado a teorias de tradução e a teorias linguísticas que possibilitam a busca de conhecimento novo e não a reprodução do já sabido. (FL/UFG, 2017, p. 10)

O objetivo do curso de Tradução e Interpretação da UAB é formar tradutores e intérpretes capazes de se desenvolver nas principais modalidades de tradução e interpretação (tradução escrita, tradução audiovisual, localização, tradução à vista, interpretação bilateral e interpretação consecutiva) tanto em âmbitos tradicionais e consolidados da prática profissional (tradução especializada e editorial) quanto em novos contextos (tradução e interpretação em instituições como hospitais, centros educativos, tribunais, etc.).

El objetivo del Grado de Traducción e Interpretación es proporcionar formación en las modalidades y los ámbitos fundamentales de la traducción y la interpretación, una profesión que se ejerce en muchos ámbitos y que requiere múltiples habilidades en diferentes combinaciones lingüísticas. Las modalidades fundamentales de la traducción y la interpretación son la traducción escrita, la traducción audiovisual, la localización, la traducción a vista, la interpretación bilateral y la interpretación consecutiva tanto en ámbitos tradicionales y consolidados (traducción especializada y editorial) como en ámbitos más nuevos (traducción e interpretación en hospitales, centros educativos, juzgados, etc.). (FTI/UAB, 2017, p. 1).

Se compararmos os objetivos das duas instituições, observa-se que o curso da UFG prioriza a análise crítica e reflexiva sobre as práticas de tradução e interpretação, e não a própria formação para o fazer tradutório e a prática em tradução e interpretação Libras-português, à diferença do que acontece na UAB, onde o foco é operativo.

As habilidades descritas no plano de estudo do curso da UFG são: domínio linguístico para comunicação e expressão da Libras e Português; domínio de conteúdos, métodos e técnicas dos estudos da tradução e interpretação; postura crítica numa perspectiva teórica das pesquisas na área; conhecimento linguístico; compreensão histórica, cultural, social e política da comunidade surda, usuária da

Libras, conhecimento literário, preparação profissional atualizada com as tecnologias e a ciência, e percepção de diferentes contextos interculturais.

Na UAB, o curso é organizado em competências básicas, específicas e transversais, adaptadas da proposta de subcompetências que configuram a competência tradutória do Grupo PACTE (2001). As competências básicas descritas no plano de estudo são: demonstrar os conhecimentos das modalidades fundamentais da tradução e interpretação; aplicar de forma profissional esses conhecimentos; reunir e interpretar dados sobre modalidades e âmbitos da tradução e interpretação; transmitir informações, problemas e soluções relativas à modalidades e âmbitos da tradução e interpretação; e aplicar as competências para empreender estudos posteriores de especialização.

As competências específicas são: compreender e elaborar textos orais e escritos na língua A e na língua estrangeira; aplicar conhecimentos culturais, temáticos e literários; dominar aspectos relacionados com a evolução histórica, os fundamentos teóricos e linguísticos da tradução e interpretação; demonstrar conhecimentos dos agentes e instituições que interferem no processo tradutório; dominar os princípios metodológicos e os aspectos profissionais; resolver problemas de tradução de textos não especializados de diferentes âmbitos de especialização, de tradução à vista, interpretação bilateral e consecutiva; e integrar conhecimentos e habilidades para a elaboração de trabalhos acadêmicos e profissionais relacionados à área de tradução e interpretação.

No que se refere às competências transversais previstas no plano de estudo do curso da UAB, detectamos: atuar de forma ética; trabalhar em equipe; elaborar e gerir projetos; raciocinar criticamente; trabalhar em contextos multiculturais; e aprender de maneira estratégica, autônoma e contínua.

Ao comparar as duas propostas, é possível identificar que o plano de estudo da UAB está focado à formação por competências e visa profissionais atuantes, com experiência operativa, à diferença do que prevê o curso da UFG, no qual em seu documento prevê a reflexão crítica e o conhecimento linguístico e literário. Esta perspectiva da UAB se aproxima ao que o Grupo PACTE (2001, p. 39) defende em relação à competência tradutória (CT): “la CT, como todo conocimiento experto, tiene componentes declarativos y operativos, aunque es un conocimiento básicamente operativo”.

3.3.3 Perfil do egresso

O egresso do curso de Letras: tradução e interpretação em Libras/Português da UFG será um bacharel da área de Letras com domínio do par linguístico da Libras

e do português no que se refere à sua estrutura, funcionamento e manifestação cultural e ainda conhecimento teórico em tradução e linguística. Na citação a seguir, do projeto do curso da UFC, observamos os grifos no qual destacam a expectativa de conhecimento teórico. A preocupação com a formação operativa e prática da tradução e interpretação é citada de forma mais tímida no final da descrição da expectativa do perfil do egresso.

Assim, define-se que os bacharéis em Letras: Tradução e Interpretação em Libras/Português devem desenvolver em sua formação o domínio da Libras e da Língua Portuguesa, em termos de estrutura, funcionamento e manifestações culturais, bem como desenvolver a capacidade de compreensão e expressão em ambas as línguas. *Devem ser capazes de refletir teoricamente sobre as questões de tradução, incluindo aspectos linguísticos, culturais e outros conhecimentos envolvidos, bem como as estratégias de tradução e interpretação do par linguístico Libras/Português.* Esse profissional deve, ainda, ter *capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos tradutórios, linguísticos e literários.* Além disso, devem saber fazer uso de novas tecnologias e compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. *Prevê-se, sobretudo, a formação de um profissional crítico, reflexivo e investigativo, preparado para atuar em situações do cotidiano, considerando o eixo epistemológico do curso: a tradução e a interpretação.* Espera-se, também, que o graduando desenvolva competências em práticas e legislações relacionadas à área (FL/UFG, 2017, p. 17, grifo nosso).

Já o plano de estudo do curso de Tradução e Interpretação da UAB oferece quatro especialidades: 1) tradução especializada (tradução de textos jurídicos, financeiros, técnicos e científicos), 2) tradução editorial (tradução de textos literários e não literários, edição e revisão de textos); 3) interpretação (tradução à vista, interpretação bilateral e consecutiva); e 4) tradução social e institucional (tradução e interpretação na administração pública como hospitais, centros educativos, juzgados, etc.). Os estudantes podem escolher uma única especialidade ou combinar disciplinas de duas ou várias especialidades. O egresso também tem duas combinações linguísticas (elas são obrigatórias) e a possibilidade de uma terceira.

Observa-se mais uma vez, ao comparar as descrições dos dois cursos, que o viés teórico e conceitual se sobrepõe à formação operativa na proposta de formação oferecida pela UFC em detrimento de maior foco operativo na formação por competências proposta na UAB.

3.3.4 Disciplinas dos cursos

Para esse item, identificaram-se as disciplinas que configuram os dois cursos. Analisaram-se as ementas do Projeto Pedagógico do curso da UFC (FL/UFG, 2017) e o plano de estudos do curso de Tradução e Interpretação da UAB (FIT/UAB, 2017).

Os dois cursos apresentam disciplinas optativas, oferecidas no último ano de estudo. Esses créditos optativos foram excluídos da análise, visto que é flexível para cada estudante, a depender das ofertas de disciplinas da instituição (como acontece na UFG) e de suas escolhas de formação final (como acontece na UAB). Dessa forma, as demais disciplinas foram distribuídas em três tipos, sendo: disciplinas que possuem como objetivo a aprendizagem de língua; disciplinas que possuem como característica a formação prático-operativa da profissão de tradutor e intérprete; e as disciplinas que possuem como característica principal a formação teórico-conceitual.

O curso da UAB recebe uma quantidade significativa de estudantes em mobilidade internacional e que não possuem domínio do idioma local (espanhol e catalão), necessitando de formação complementar com créditos de língua para estudantes em mobilidade internacional. Esses créditos de língua complementar (90 horas), para estudantes de mobilidade internacional, foram desconsiderados na contabilização dentro das três distribuições levantadas. A tabela a seguir demonstra a divisão das disciplinas.

Tabela 01. Distribuição das disciplinas dos cursos da UAB e UFG em três blocos: formação de línguas, formação prático-operativa, formação teórico-conceitual.

Blocos:	UAB	UFG
Formação de línguas	<ul style="list-style-type: none"> • Idioma B e C para tradutores e intérpretes 1 • Idioma B e C para tradutores e intérpretes 2 • Iniciação à tradução B-A • Idioma B e C para tradutores e intérpretes 1 • Língua catalã ou espanhola para tradutores e intérpretes 2 ou Idioma espanhol para tradutores e intérpretes 2 • Idioma B para tradutores e intérpretes 3 • Idioma B para tradutores e intérpretes 4 	<ul style="list-style-type: none"> • Língua portuguesa 1 • Língua portuguesa 2 • Libras básico 1 • Libras básico 2 • Libras intermediário 1 • Libras intermediário 2 • Libras avançado 1 • Libras avançado 2 • Escrita de sinais

<p>Formação prático-operativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciação à tradução B-A • Introdução às tecnologias da tradução e a interpretação • Tradução A-A ou Idioma catalão para tradutores e intérpretes 2 • Idioma e tradução C1 • Idioma e tradução C2 • Tradução B-A 1 • Tradução B-A 2 • Idioma e tradução C3 • Tradução B-A 3 • Iniciação à tradução especializada B-A • Tecnologias da tradução e a interpretação • Idioma e tradução C4 • Tradução inversa • Iniciação à interpretação • Idioma e tradução C5 • Idioma e tradução C6 • Técnicas de preparação para a interpretação consecutiva B-A • Práticas externas • Idioma C para tradutores e intérpretes 1 • Idioma C para tradutores e intérpretes 2 • Documentação aplicada à tradução e a interpretação • Terminologia aplicada à tradução e a interpretação 	<ul style="list-style-type: none"> • Tecnologias na tradução e interpretação • Laboratório de tradução e interpretação • Laboratório de tradução • Estágio em tradução • Estágio em interpretação 1 • Estágio em interpretação 2 • Prática como componente curricular
<p>Formação teórico-conceitual</p>	<ul style="list-style-type: none"> • História da tradução e a interpretação • Fundamentos para a mediação cultural em tradução e interpretação B • Teoria da tradução e a interpretação • Trabalho de conclusão de curso • Fundamentos para a mediação cultural em tradução e interpretação C • Fundamentos para a mediação cultural em tradução e interpretação A 	<p>*Foco em Letras e Literatura:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Introdução aos Estudos Linguísticos • Estudos Linguísticos 1 • Estudos Linguísticos 2 • Estudos Linguísticos 3 • Princípios de Estudos Literários

Formação teórico-conceitual		<p>*Foco em Estudos da Tradução e Interpretação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudos Surdos, Sociedade e Cultura • Políticas Linguísticas e Tradutórias • Estudos da Tradução e Interpretação 1 • Estudos da Tradução e Interpretação 2 • Ética na Tradução e Interpretação • Tradução em Diferentes Contextos • Interpretação em Diferentes Contextos • Introdução à Pesquisa • Trabalho de Conclusão de Curso 1 – Tradução e Interpretação • Trabalho de Conclusão de Curso 2 – Tradução e Interpretação
-----------------------------	--	--

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados.

Ao analisarmos o número de horas das disciplinas e as agruparmos nos blocos mencionados acima, identificamos que a UFG possui uma formação em quatro anos de 2.704 horas presenciais, excluídas as horas de formação optativa (256 horas). Já o curso da UAB, faz parte do Espaço Europeu de Educação Superior (EEES) e está organizado em créditos ECTS¹⁵. A graduação em Tradução e Interpretação tem uma presencialidade entre o 20% e 40%, de forma que a carga-horária durante os quatro anos de formação é de 1.860 horas presenciais, mais 600 horas das disciplinas optativas. Ao total, portanto, a UFG possui um curso de 2.960 horas e a UAB de 2.460 horas presenciais.

A figura a seguir permite observar a comparação da proporcionalidade de horas de formação presencial divididas dentre os três blocos de distribuição das disciplinas.

15. Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos. Cada ECTS equivale a 25 horas, que podem ser horas de trabalho presencial ou de trabalho autônomo.

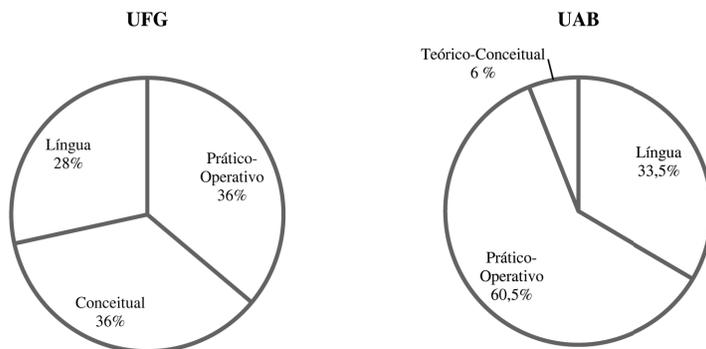


Figura 01. Comparativo da distribuição proporcional das horas de créditos entre UFG e UAB em três blocos: formação de língua, formação prático-operativa e formação teórico-conceitual. Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados.

É possível observar, de forma concreta, que, de fato, na UAB o maior foco de formação está na formação prático-operativa com 60,5% da sua carga-horária (1125 horas). Isso significa que o número de horas presenciais que versam sobre o uso das tecnologias na tradução e interpretação, estudo do idioma aplicado à tradução e interpretação, prática de tradução especializada, tradução inversa, terminologia aplicada à tradução e técnicas de preparação para tradução consecutiva. Ao passo que na UFG, a formação prático-operativa concentra-se apenas em 36% da formação (848 horas) do currículo, em aulas de laboratório, prática profissional e atividades de estágios curriculares. A formação em línguas possui certa similitude dentre os dois cursos, sendo que na UAB, 33,5% das horas são dedicadas à aprendizagem de língua e na UFG esse percentual é de 28%

As disciplinas conceituais da UAB são basicamente duas: História da tradução e a interpretação e teoria da tradução e a interpretação, embora haja outras disciplinas que combinam os conteúdos conceituais e práticos, como Fundamentos para a mediação cultural em tradução e interpretação, e ainda o Trabalho de conclusão de curso, que pode ser teórico ou prático, à escolha do aluno. Correspondem, portanto, a 6% da carga-horária (112,5 horas). Porém, no curso da UFG, por ser uma formação do campo da Letras, os estudos conceituais não são exclusivos da tradução e interpretação, há um percentual significativo de disciplinas que versam sobre linguística e literatura. Ao todo, a UFG possui uma carga-horária de 960 horas de estudos conceituais (36%).

4 CONCLUSÕES

Esse artigo identifica, a partir de um estudo exploratório comparativo, que a formação de TILS oferecida por uma instituição brasileira, a UFC, está articulada com uma forte influência da área de linguística e literatura, se comparada com a formação oferecida para tradutores de línguas orais na UAB. Estes resultados coincidem com o estudo de Ferreira (2015), que afirma que os cursos de TILS no Brasil são genéricos, estão demasiado vinculados aos cursos de Letras e não oferecem uma especialização em áreas profissionais. Neste sentido, consideramos necessário maior autonomia dos cursos de formação de TILS – e de tradutores e intérpretes –, em relação aos cursos de Letras.

Além do movimento de busca de autonomia em relação ao predomínio do campo de letras e da linguística no curso da UFC, são necessários estudos futuros para avaliar em que medida a proposta desse curso está conseguindo uma formação prático-operativa suficiente. Um TILS não pode aprender a traduzir e interpretar estudando teorias de forma predominante, só se aprende traduzindo e interpretando, ou seja, é preciso dotar os profissionais de uma formação prático-operativa, em consonância com o que defende o Grupo PACTE (2001).

Entre as limitações do estudo queremos mencionar, ainda, que:

- trata-se exclusivamente de um estudo exploratório sobre a proposta expressa nos documentos analisados das duas instituições, sendo preciso ampliá-lo a outras instituições;
- a estrutura dos dois cursos é diferente: 1) o curso da UFC está definido em horas, e o da UAB, em ECTS; 2) o curso da UAB tem uma presencialidade de 35%, de forma que aqui só foram comparadas as horas de trabalho presencial, mas não as horas de trabalho autônomo que deve fazer o aluno, e 3) algumas disciplinas foram atribuídas ao bloco de formação conceitual, mas de fato são uma combinação de trabalho teórico-prático, como por exemplo Fundamentos para a mediação cultural em tradução e interpretação A, da UAB.

Como comentado acima (Item 2), as ações afirmativas no Brasil nos últimos anos tendem a ampliar o número de surdos nos diferentes espaços sociais, sobretudo na educação básica e superior. Essa realidade, inegavelmente, tem despertado para novos postos de trabalho e exigência de qualificação profissional de nível superior, para tradutores e intérpretes de língua de sinais (MARTINS; NASCIMENTO, 2015). No Brasil, a graduação superior de TILS é uma ação nova, também fruto de uma política pública (Programa Viver sem Limites), e com pouca tradição.

Devido à novidade deste campo profissional, consideramos de vital importância conduzir um estudo que analise, por um lado, a atuação profissional dos TILS no Brasil, e, por outro lado, os egressos dos cursos superiores para tradutores e intérpretes de Libras no Brasil. Este estudo permitiria conhecer quais são as competências exigidas pelo mercado de trabalho, as áreas de trabalho mais demandadas e as principais tarefas desenvolvidas pelos TILS. Os resultados permitiriam avaliar as propostas de formação existentes no Brasil e inferir se estão atendendo – ou não – as necessidades do mercado, que são as necessidades da comunidade surda.

Além disso, é de se ressaltar que a permanência, e o sucesso, dos estudantes surdos nas universidades brasileiras (SANTANA, 2016), e na educação de forma geral, não pode se garantir simplesmente com a presença de TILS. Existem outras variáveis às quais não se está dando suficiente importância, como a formação de professores em metodologias acessíveis, o desenho de materiais didáticos adequados, dentre outros (SANTANA, 2016). Neste sentido, a formação dos TILS é fundamental, mas também é necessário que as escolas e as universidades brasileiras ofereçam formação aos professores, de forma que as práticas de ensino-aprendizagem sigam os preceitos da igualdade de oportunidades de todos os estudantes, independentemente de suas necessidades educativas específicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANATER, G. I. P.; PASSOS, G. C. R. dos. (2010). Tradutor e intérprete de língua de sinais: história, experiências e caminhos de formação. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 2, n. 26, pp. 207-236.
- BRASIL. (2002). *Lei 10.436*, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Seção 1, p. 23.
- BRASIL. (2005). *Decreto 5626*, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Seção 1, p. 28-30.
- BRASIL. (2010). *Lei 12.139*, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 02 set. 2010. Seção 1, p. 1.

- BRASIL. (2011). *Decreto 7612*, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Seção 1, p. 12.
- BRASIL. (2015). *Lei 14.146*, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Seção 1, p. 2.
- BRASIL. (2016). *Lei 13.409*, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 29 dez. 2016. Seção 1, p. 3.
- CAPES. (2017). *Catálogo de teses e dissertações*. Disponível em: <[http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/) Acesso em: 07 dez. 2017.
- FERREIRA, Daiane. (2015). *Estudo comparado de currículos de cursos de formação de tradutores e intérpretes de Libras-Português no contexto brasileiro*. Dissertação de Mestrado em Estudos da Tradução. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- FTI/UAB. Facultat de Traducció i Interpretació/Universitat Autònoma de Barcelona. (2017). *Grau de Traducció i Interpretació* (Informació general). Disponível em: <<http://www.uab.cat/web/estudiar/llicitatdegraus/informaciogeneral/x1216708251447.html?param1=1228291018508>> Acesso em: 04 out. 2017.
- FL/UFG. Faculdade de Letras/Universidade Federal de Goiás. (2017). *Projeto Pedagógico do curso de Letras: Tradução e Interpretação em Libras/Português*. Goiânia: UFG.
- FRANCHI, M.L.; MARAGNA, S. (2013): La figura dell'interprete . In: FRANCHI, M.L.; MARAGNA, S. (orgs.): *Manuale dell'Interprete della Lingua dei Segni Italiana*. Un percorso formativo con strumenti multimediali per l'apprendimento. Milano: Franco Angeli.
- GAMBINI, D.; FONTANA, S. (2016). La lengua de signos: aspectos traslativos y sociolingüísticos desde un observatorio italiano. *Revista Española de Discapacidad*, Madrid/ES, v. 4, n. 1, p. 155-175.
- GIL, Antônio Carlos. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- GUERRA, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentido e formas de uso*. 2 ed. Estoril: Príncipe Editora.

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em 20 ago. 2013.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2017). *Sinopse Estatística da Educação Superior*. Brasília: INEP. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 06 dez. 2017.
- JORDÃO, U. V. (2013). *O que dizem os intérpretes de Libras do sudeste goiano sobre formação e atuação*. Dissertação de Mestrado em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP.
- MARTINS, V. R. de O.; NASCIMENTO, V. (2015). Da formação comunitária à formação universitária (e vice e versa): novo perfil dos tradutores e intérpretes de língua de sinais no contexto brasileiro. *Cadernos de Tradução*. v. 35, n. 2, pp. 78-112.
- MEC. (2017). *Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior*. Disponível em <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em 06 dez. 2017.
- MELO, A. V. S. de. (2013). *Formação e atuação do tradutor e intérprete em sala de aula*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Tiradentes, Aracaju.
- NAPIER, J. (2011). Signed Language Interpreting. In: WINDLE, K.; MALMKJAER, K. (orgs.). *The Oxford Handbook of Translation Studies*. Oxford: Oxford University Press, pp. 353-372.
- PAGANO, A.; VASCONCELOS, M. L. (2013). Estudos de tradução no Brasil: reflexões sobre teses e dissertações elaboradas por pesquisadores brasileiros nas décadas de 1980 e 1990. *DELTA*. vol.19, n. esp., pp.1-25. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010244502003000300003&lng=en&nm=iso&tlng=pt> Acesso em: 10 nov. 2017.
- PACTE. (2001). La competencia traductora y su adquisición. *Quaderns - Revista de traducció*, Barcelona, v. 1, n. 6, pp. 39-45. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/QuadernsTraduccio/article/view/25279/25114>> Acesso em 19 set 2017.
- SANTANA, A.P. (2016). A inclusão do surdo no ensino superior no Brasil. *Journal of Research in Special Educational Needs*, v. 16, n. s1, pp. 85–88.

- SANTOS, S. A. (2006). *Intérpretes de língua de sinais: Um estudo sobre as identidades*. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- SANTOS, S. A. dos. (2010). Tradução e interpretação de língua de sinais: deslocamentos nos processos de formação. *Cadernos de Tradução*, v. 2, n. 26, pp. 145-164.
- STUMPF, M.; QUADROS, R. M. de. (2010). Tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais: Formação e Pesquisa. *Cadernos de Tradução*. v. 2, n. 26, pp. 165-205.
- UFPB. Universidade Federal da Paraíba. (2016). *Resolução 40/2016*. Aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Tradução, modalidade Bacharelado, do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Campus I, desta Universidade. João Pessoa: UFPB. Disponível em <<http://www.cchla.ufpb.br/ctrad/wp-content/uploads/2017/05/RES-CONSEPE-40-2016-Novo-PPC-Traducao.pdf>> Acesso em 07 dez. 2017.

Recebido: 26/01/2018

Aceito: 19/02/2018